

EDUCAÇÃO EM DEBATE: DIÁLOGO-REFLEXÃO PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Francis Roberta de Jesus ¹Gilmara dos Santos ²Alexandre Tadeu Dias da Silva ³

RESUMO

O presente trabalho objetiva pautar a difusão de conhecimento voltada para a formação de profissionais da educação e dos cidadãos por meio da reflexão sobre o programa "Educação em Debate", produção da EducaTV Campinas - canal de televisão aberto, 12.2, da Secretaria Municipal de Educação, com programação educativa e alcance para Campinas e outras 47 cidades, redes sociais e *streaming* Educaflix. A produção do "Educação em Debate" aliada-se ao objetivo de promover a democratização do acesso a informações e conhecimentos, ancorada no princípio de que a educação, direito público e subjetivo, deve prover o acesso ao conhecimento, essencial para a formação cidadã. Neste sentido, a comunicação, através de um estudo qualitativo, de pesquisa bibliográfica e exploratório contribui para a defesa do direito à Educação ao refletir os modos pelos quais o programa "Educação em Debate" divulga conhecimentos com linguagem acessível, cenário descontraído de conversa, no qual os participantes convidam os telespectadores para reflexão. Baseado em legislações educacionais - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), documentos curriculares, a exemplo das Diretrizes Curriculares Municipais (Campinas, 2013) e da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e na Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023), esta comunicação expressa que um dos efeitos do programa "Educação em Debate" é potencializar a promoção da democratização do acesso a conhecimentos produzidos por meio da modalidade de educação não formal e sobre ela constituir um modo viável e efetivo de garantir o acesso à educação de qualidade e a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, bem como constituir uma estratégia de educação midiática para a população em geral.

Palavras-chave: Programa televisivo, Educação midiática, Debate, Democratização do conhecimento, Educação não formal.

CENA 01: Identidade do Programa televisivo "Educação em Debate"

O programa Educação em Debate teve suas produções iniciadas no ano de 2023, por parte da EducaTV Campinas. Estruturalmente, o programa é composto por três

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e membro do grupo de Pesquisa PHALA da mesma Universidade. Professora de Educação Especial da Fundação Municipal para a Educação Comunitária (Fumec - Campinas), Orientadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Campinas e Produtora Executiva da EducaTV - Emissora da Secretaria de Educação de Campinas, francis.jesus@educa.campinas.sp.gov.br.

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Diretora Educacional e Produtora Executiva da EducaTV Emissora da Secretaria de Educação de Campinas Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp, gilmara.santos@educa.campinas.sp.gov.br.

³ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Diretor Executivo da EducaTV - Emissora da Secretaria de Educação de Campinas. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp, alexandre.tadeu@educa.campinas.sp.gov.br.



blocos. Na primeira temporada foi produzido em locais que fazem parte do equipamento público da prefeitura Municipal de Campinas. Eram locais como o Museu Casa de Vidro, a Biblioteca Municipal Central Ernesto Manoel Zink, escolas, o Teatro Bento Quirino, assim como outras instalações, entendidas como espaços educativos na cena urbana e que poderiam comunicar familiaridade aos telespectadores que conhecem, assim como ser divulgados por aqueles que não.

Naquele momento, um dos objetivos do programa perpassava por manifestar diferentes espaços da cidade como espaços educativos, a saber, espaços de aprendizagem. Foram debatidos assuntos tais como gestão democrática, avaliação participativa das unidades escolares, saúde dos profissionais da educação, educação antirracista, educação e diversidades, a importância do brincar, feminicídio, protagonismo juvenil, *bullying* e convivência escolar, musicalização, uso de tecnologias na educação, dentre outros, que estavam ascendendo no cenário da educação no contexto pós-pandêmico. O conceito do programa sempre perpassou pela cena do debate: convidados, dois ou mais, que performam alguma atividade educativa na relação com o tema do episódio, discutem aspectos do tema, mediados por uma apresentadora.

Os temas debatidos ao longo da segunda temporada do programa passaram a ter uma relação mais direta com os eixos temáticos lançados pela Secretaria Municipal de Educação no início do ano letivo, para discussão em geral pelas unidades escolares. A ideia seria que os episódios dessa temporada ampliassem o alcance dos conhecimentos abordados, de modo que não permanecessem restritos às instâncias educacionais, especializadas e escolares. A ideia foi, de alguma forma, publicar o currículo da Rede Municipal de Ensino e colocá-lo ao alcance da população. Sob esses objetivos, o desafio passou a ser comunicar para a população mais ampla os objetivos educacionais e as transformações que o currículo municipal tem sofrido na atualidade. Dessa forma, os profissionais das unidades educacionais passaram a ser presença necessária nos episódios, comunicando a perspectiva do lado de dentro da escola e do ponto de vista da prática e da experiência vivenciada nos conflitos que cada temática desloca, dentro de suas complexidades.

Já na terceira temporada, houve uma necessidade de comunicação com os telespectadores, ampliando o público para a cidade de Campinas e a região metropolitana da qual o município faz parte, que coincide com o alcance do sinal da EducaTV Campinas (Canal 12.2 da rede aberta de televisão regional). Esta mudança foi vista como sendo necessária considerando que alguns telespectadores começaram a interagir nas redes sociais do canal e do programa, expressando opiniões sobre os temas



de alguns episódios. Este fato incentivou a reformulação do conceito do programa no sentido de trazer espaço para a participação popular. Como consequência, esse caráter de participação passou a fazer parte do programa, de forma ampliada para um quadro denominado “povo fala”. Neste quadro, pessoas de diferentes espaços da cidade expressam, mesmo que rapidamente, a sua opinião sobre o tema de cada episódio.

Os primeiros episódios da terceira temporada disseram respeito aos programas curriculares da Secretaria Municipal de Educação, que pelo nome que identifica cada um dos programas sendo eles: MIPID (Programa Memória e Identidade, Promoção da Igualdade na Diversidade), Pesco (Pesquisa e conhecimento na Escola), JEM (Jogos Escolares Municipais), Cinema e Educação o PMLE (Plano Municipal de Leitura e Escrita). Essa temporada teve início com esses programas municipais da SME/ FUMEC com o objetivo de disponibilizar acesso, em linguagem acessível a assuntos que são abordados do lado de dentro das escolas, de cunho especializado, saber, curriculares, para os telespectadores e para o todo território de alcance da programação da EducaTV Campinas. Isto, considerando que são assuntos que podem e precisam ser debatidos com todos os cidadãos, uma vez que a educação “é um direito fundamental e indisponível dos indivíduos” (Brasil, 1988, artigo 205) além de divulgar e democratizar o acesso a esse tipo de conhecimento.

Com esses princípios em vista, a terceira temporada contou com o total de 10 episódios: além dos temas trazidos pelas identidades marcadas pelos programas curriculares, houve a abordagem de assuntos que estavam sendo amplamente discutidos em diferentes mídias, como o uso de celulares nas escolas, o uso de tecnologias por crianças e adolescentes, memórias docentes, gestão democrática, a importância da Educação de Jovens e Adultos e letramento racial.

Para atender esses princípios, a linguagem do programa televisivo foi revisada, sob a necessidade de comunicar os conhecimentos mobilizados nos momentos de debate para o alcance de todas as pessoas. Para tanto, o programa passou a ter uma apresentadora fixa, que, em todos os blocos, faz convite à participação dos telespectadores. Numa cena inicial ela apresenta o tema do episódio, relacionando-o com situações do cotidiano. Na sequência, a apresentadora faz um chamado às vozes das pessoas que foram abordadas em diferentes espaços da cidade para deixarem suas concepções e contribuições sobre o tema do episódio, no quadro “povo fala” - modo de participação no qual cidadãos presentes no tempo-espaço em que a produção do programa está disponível para escuta; podem opinar e deixar as suas contribuições sobre os assuntos dos episódios que serão gravados futuramente.



Na sequência, a apresentadora traz alguns dados de pesquisas e de estudos que ajudam a contextualizar o tema do episódio com linguagens outras, as quais tocam e tecem outros contextos que abordam o assunto do episódio em questão. Desse modo, as linguagens de pesquisas de opinião, *surveys* e pesquisas sociais, quantitativas e de interesse acadêmico e investigativo são integradas ao programa. Após este momento, a apresentadora convida o telespectador/interlocutor a acompanhar o momento do debate, no qual ela mesma se faz mediadora. No debate sempre existem duas pessoas presentes, que possuem alguma relação com o tema, seja numa dimensão educativa, seja numa dimensão mais técnica e especializada. Esses convidados enfrentam o desafio de abordar o assunto do episódio de forma acessível aos públicos mais diversos, uma vez que o debate articula diferentes concepções a partir dos pontos de vista dos convidados. Em meio a este contexto, o telespectador é convidado a participar, por meio de *WhatsApp* e das redes sociais da EducaTV, deixando sua opinião sobre o tema e sugerindo temas para novos episódios. Essa participação, além do quadro do “povo fala”, tem lugar nas redes sociais, sendo viável que essas contribuições sejam consideradas e mobilizadas para a produção dos episódios seguintes.

A finalização de cada episódio do programa Educação em Debate finaliza sempre com um questionamento da apresentadora, direcionado para o telespectador: a feitura de um convite para que reflita sobre o assunto abordado na relação do debate com a sua vida, com o território e o cotidiano do telespectador. A resposta do telespectador a este convite pode ocorrer, portanto, de dois modos: a) por meio das redes sociais, relatando experiências que teve com o assunto, ou, ainda, b) sugerindo o debate de assuntos que possui o interesse em ver abordado ali. Os relatos podem aparecer nos episódios seguintes, assim como os episódios seguintes serem produzidos com base nas sugestões recebidas.

CENA 02: “Educação em Debate” como um processo educativo

O artigo 205 da constituição Federal (Brasil, 1988), afirma que a educação é um direito de todos, além de constituir um dever por parte do Estado e da família. O mesmo artigo ainda afirma que deve ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205, n.p.). Considerando esses princípios, o desenvolvimento e disponibilização de um programa educativo como o “Educação em Debate” pode ser considerado uma forma de promoção da educação,



pois, conforme afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96), a educação abrange processos formativos de diversos espaços, que incluem diferentes formas de vida, da convivência humana, instituições de ensino e pesquisa, além de organizações da sociedade civil e espaços não formais (Brasil, 1996, art. 01). Neste âmbito, há que se considerar como processo educativo, em sua dimensão mais ampla, as discussões potencializadas pelo programa, inclusive considerando a aprendizagem ao longo da vida e que ocorre em espaços, modos e linguagens que diferem dos formais.

Esta forma de conceber a educação e de produção do programa em questão sugerem pensar e realizar a articulação da tecnologia com as seguintes dimensões:

1. ‘usar a tecnologia para’ ensinar algo/trabalhar algum objeto do conhecimento e/ou ampliar as possibilidades de investigação e aprendizagem;
2. ‘fazer com e a partir das tecnologias’, na perspectiva de que não se trata de formar para o uso ou para a cultura digital, mas de formar com a/cultura digital, o que significa contemplar práticas de linguagem próprias dessa cultura, diferentes mídias e a multimodalidade das produções contemporâneas, que envolvem diferentes formas de construir sentido, e potencialidades em termos de interação, comunicação e colaboração; finalmente, supõe (...) (Campinas, 2022, p. 03).

Neste sentido, as tecnologias que envolvem a produção, a divulgação, a disponibilização e o acesso ao programa “educação em Debate” permitem articular a dimensão 1 acima citada e, com base na concepção de multiletramentos na relação com a educação (Barbosa, 2013), constituem um meio real e possível para que conhecimentos relacionados ao universo da educação sejam mobilizados e discutidos em um ambiente não formal de aprendizagem. Além disso, o fato de os telespectadores poderem ter uma relação dialogada com os assuntos debatidos, permite, que, em alguma medida, em contato com a cultura digital, possam problematizar práticas socioculturais, dentre elas, os modos de conceber e fazer educação, considerado que esta pode ser feita por meios múltiplos, como preconiza Roxane Rojo e Eduardo Moura (2012), quando aborda o conceito de multiletramentos e da pedagogia dos multiletramentos, instaurando formas outras de praticar educação, a saber, de modo diverso e que considere e valorize as diversidades culturais e de linguagens por meio das quais se produzem e se comunicam os conhecimentos, podendo isso ocorrer dentro ou fora da escola. Por essa



perspectiva, as culturas de origem e de referência dos telespectadores dialogam com as culturas dos debatedores, com o objetivo de, numa abordagem investigativa, construir um processo formativo crítico e democrático, para ambas as partes, inclusive, para toda a equipe de produção do programa.

Neste ponto, o ato de produção do “Educação em Debate” toca em questões curriculares, tais como a imprescindibilidade de um processo formativo por meio do qual ocorra a “integração das novas mídias e tecnologias” (Campinas, 2015, p. 104), como também de compreender as diferentes tecnologias da sociedade letrada e saber fazer uso delas (Campinas, 2013, p. 33).

A Base Nacional Comum Curricular prevê nas competências gerais de 5 a 7, que as tecnologias façam parte da formação humana e integral e que faz parte do processo educativo ensinar cidadãos a lidarem com os usos delas, aprendendo não apenas a consumi-las mas a, inclusive, criá-las e de forma reflexiva e crítica nas diversas práticas sociais, abarcando o objetivo de comunicar-se e também de produzir conhecimentos, praticar o protagonismo e ter autoria sobre sua vida e dos coletivos e contextos dos quais toma parte (Brasil, 20218, p. 09). Isso indica que são competências previstas para a educação básica e que, além das competências gerais, constituem dimensões que também estão contempladas nos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares ao longo da Educação Básica, respeitadas as características de cada uma das etapas que a constitui.

Dessa forma, a cultura digital tem se tornado até mesmo curricularmente imprescindível ampliar e aprofundar as aprendizagens construídas ao longo dos percursos educacionais dos sujeitos, considerando que estão inseridos, dinamicamente nesse tipo de cultura, o que exige que tenham uma postura crítica e ativa mediante a ela. Nisto residem as potencialidades das tecnologias digitais para o processo educativo, dentre eles o contato com o conhecimento e o protagonismo, os quais estão relacionados a múltiplas e diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho, por exemplo. Por esse modo, é possível que possam:

buscar dados e informações de forma crítica nas diferentes mídias, inclusive as sociais, analisando as vantagens do uso e da evolução da tecnologia na sociedade atual, como também seus riscos potenciais; apropriar-se das linguagens da cultura digital, dos novos letramentos e dos multiletramentos para explorar e produzir conteúdos em diversas mídias, ampliando as possibilidades de acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho; usar diversas



ferramentas de *software* e aplicativos para compreender e produzir conteúdos em diversas mídias, simular fenômenos e processos das diferentes áreas do conhecimento, e elaborar e explorar diversos registros de representação matemática; e utilizar, propor e/ou implementar soluções (processos e produtos) envolvendo diferentes tecnologias, para identificar, analisar, modelar e solucionar problemas complexos em diversas áreas da vida cotidiana, explorando de forma efetiva o raciocínio lógico, o pensamento computacional, o espírito de investigação e a criatividade (Brasil, 2018, p. 474-475).

Essas são possibilidades que emergem da criação e da transformação de novos gêneros multimodais e de ações que afetam as relações humanas, que, na atualidade, são mediadas pelo estado de convivência e pela necessidade de convergência de diferentes mídias, o que transforma “as próprias mídias e seus usos e potencializam novas possibilidades de construção de sentidos” (Brasil, 2018, p. 487), sob a necessidade de se compreender o funcionamento de “linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social” (Brasil, 2018, p. 491), o que envolve compreender a realidade e nela atuar, a continuidade da aprendizagem ao longo da vida não apenas como consumidor, mas, também produtor e autor conhecimentos, informações e discussões nas diversas mídias. Isso significa ampliar as formas de participação social para propor temas e soluções que considerem demandas territoriais, além de comunicar-se com diferentes públicos e contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) (Brasil, 2018). Esta também é uma forma de combate à cultura elitista e excludente de acesso ao conhecimento, considerando que todo e qualquer cidadão o produz, com base em suas experiências, com base em sua trajetória de vida. Por esses motivos, o programa “Educação em Debate”, em seus processos constitutivos, se dá num processo educativo.

CENA 03: “Educação em debate” como via para a educação midiática

O Governo Federal lançou recentemente um conjunto de iniciativas que constituem a Estratégia Brasileira de Educação Midiática. Essas iniciativas estão voltadas à promoção da educação para as mídias da população brasileira (BRASIL, 2023). Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), essa ação se faz necessária enquanto política pública, devido aos



diagnósticos que indicam que as tecnologias digitais estão presentes nas diferentes formas de exercício da cidadania, inclusive de lazer e de expressão pessoal. Nesse âmbito, “muitas pessoas deixaram de ser meras espectadoras e passaram também a produzir conteúdos” (Brasil, 2023, p. 5), “os usuários agora são também produtores e compartilhadores de conteúdo, eles desenvolvem novas competências ao usar dispositivos tecnológicos no cotidiano” (Brasil, 2023, p. 5). A iniciativa aponta para ações planejadas que concebem a educação como um processo que se dá mediante um novo cenário de mediação e de acesso, dos quais as mídias digitais tomam parte educação para mídias passa a ir além do olhar para a recepção e análise crítica da informação; portanto, torna-se “necessário abranger também a relação dialógica produção-consumo em um contexto de convergência midiática (Brasil, 2023, p. 6).

Essa política indica que por meio do emprego da educação midiática - conjunto de ações e esforços destinados que lançam mão de metodologias e de ferramentas múltiplas, de moto ativo, multidisciplinar e integrado, para tomar parte ao longo dos processos educativos, cujos objetivos são o desenvolvimento de

habilidades de natureza crítica que se relacionam com diversos momentos na experiência da tecnologia e da informação, possibilitando o acesso, análise e produção de conteúdos midiáticos a fim de participar do ambiente digital de forma crítica, reflexiva e saudável (European Comission, 2007, *apud* Brasil, 2023, p. 06).

A educação midiática, portanto, prevê a participação e a compreensão crítica dos contextos midiáticos e dos usos de ferramentas digitais. Isto na relação com os diferentes tipos de mídia, que envolvem desde jornais impressos, programação televisiva e redes sociais. A estratégia nacional indica que todas essas mídias devem ser consideradas nos processo educativos (Brasil, 2023) e, no caso de um canal educativo, de promoção de educação não formal, o próprio ato de reproduzir suas programação e de acesso à programação se tornam ato educativo, como o caso do programa “Educação em Debate”, especialmente por abordar o contexto educativo, que faz parte, de alguma forma, das vivências dos telespectadores, que são convidados a não apenas serem consumidores, mas a envolver-se no processo constitutivo e interferir e participar no/do processo de produção. Esta é uma forma concreta de articulação das tecnologias de informação e comunicação na vida cotidiana das pessoas e de trazer esse cotidiano e as produções culturais e de conhecimento de diferentes comunidades e interesses para



problematização. Esta é uma forma de incentivo à leitura do mundo (Freire, 1989), trazendo a relação da cultura no processo educativo, de modo que também o telespectador se identifique com o programa, considerando que ao constataremos que a vida na atualidade está permeada por ferramentas midiáticas, faz sentido que a educação midiática seja compreendida como “uma necessidade para compreendermos a nossa relação com as mídias e como elas possibilitam que sejamos cidadãos construtores de sentido e transformadores da nossa realidade” (Brasil, 2023, p. 6).

Por meio da participação, o telespectador passa por um processo não formal de educação midiática, desenvolvendo habilidades que lhes permite não apenas acessar, porém analisar, produzir e participar de forma informada e consciente do ambiente midiático, em diferentes formatos, aspectos esses que se tornam relevantes para uma efetiva formação para a cidadania (Brasil, 2023). Nessa relação entre a sociedade, as mídias e seus usos é necessário residir o princípio democrático da criticidade, do protagonismo, da participação, da pluralidades e da escuta, nas dimensões individual e coletiva e, por esse meio, praticar uma educação midiática que partilha o papel de produtor e, de forma dialógica, poder ofertar acesso, inclusão, valores éticos e que combatam quaisquer formas de injustiça e preconceito.

No caso do programa “Educação em Debate”, o processo educativo se dá de modo não formal, muito embora a educação midiática seja considerada uma necessidade curricular que deve ser pautada de modo transversal às diferentes áreas de conhecimento e componentes curriculares aproximando “aprendizagem e a cultura digital” (Brasil, 2023, p.12). A Base Nacional Comum Curricular - BNCC - (Brasil, 2018) estabelece essa necessidade ao afirmar, por meio da quinta competência geral, que os estudantes deverão, ao longo da Educação Básica, criar e utilizar as TIC em diferentes práticas sociais, nas vidas individual e coletiva, como formas críticas, éticas, significativas e reflexivas de acesso à informação, de comunicação, de exercício do protagonismo e de acesso e produção de conhecimento. Essa necessidade está corroborada pela Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023), a qual institui estratégias para a inclusão digital e para a formação cidadã, considerando que essa formação rompe os muros do ensino formal. Neste sentido, a educação midiática deve alcançar adolescentes, jovens, adultos e idosos para que possam desenvolver o pensamento crítico em relação às mídias. Desta forma, a educação não formal encontra um desafio perante o consumo e a produção de informações, além da promoção do acesso e a produção do conhecimento, tendo em vista que



peças com habilidades desenvolvidas pela educação midiática podem fazer escolhas críticas baseadas em informações seguras e confiáveis, se engajando em interações e produzindo debates de forma igualitária, exercendo e promovendo plenamente a liberdade de expressão e o diálogo (Brasil, 2023, p. 13).

Esse tipo de interação, mediada pelos ambientes digitais, passa, portanto, a ser fundamental para processos democráticos, como participação e o exercício da cidadania, pois o acesso às mídias tem potencial para garantir modos de lidar com informações nos meios digitais e com processos de participação social ativa, que deve lidar com cenários propícios “para a disseminação de desinformação e a perpetuação de fraudes” (Brasil, 2023, p. 17), somado aos níveis de letramento da população brasileira que, conforme dados do Indicador de Alfabetismo Funcional mostram 2% de queda no nível de pessoas alfabetizadas proficientes de 2018 para 2024, passando para 10% da população (INAF, 2024). Esses dados indicam a necessidade de políticas públicas e do desenvolvimento de estratégias para a educação midiática que sejam direcionadas e envolvam linguagens, contextos, adaptação e acessibilidade para os diferentes tipos de populações, tais como adultos e idosos, por exemplo, o que pode ser desenvolvido, inclusive, por processos de educação informal, tais quais os de produção do programa “Educação em debate”.

CENA FINAL: CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As reflexões que foram pontuadas até aqui tiveram o objetivo de fazer uma breve análise sobre o processo de produção do programa televisivo “Educação em Debate” da EducaTV Campinas. Essas mesmas reflexões marcam um início da prática de produção de um programa televisivo de forma dialogada com o telespectador e modo de praticar educação não formal como via possível para a formação cidadã e para a democratização do conhecimento e via possível para a educação midiática. Portanto, a educação não formal com e para a cidadania digital constitui uma estratégia factível de educação midiática, tais como preconizam documentos curriculares como a Base nacional Comum Curricular e a Estratégia Nacional para a Educação Midiática e legislações a eles associadas, com o objetivo da formação humana integral.

Fez-se a defesa de que o processo de produção do programa televisivo tem potencial para trazer a participação crítica e cidadã, fomentar modos de diálogo e de



participação, publicar formas de leitura do mundo por parte dos participantes. O desenvolvimento do programa e os atores envolvidos podem ser vistos como uma comunidade de aprendizagem e a oportunidade de participação em um processo educativo dialogados e de democratização do acesso ao conhecimento. A intenção é a de que esses processos sejam fortalecidos ao longo da produção do programa e das próximas temporadas

REFERÊNCIAS

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico/ Organização: Miriam Benedita de Castro Camargo/ Coordenação pedagógica: Heliton Leite de Godoy. – Campinas, SP, 2013.

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico/ organização e coordenação: Heliton Leite de Godoy. – Campinas, SP, 2012.

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento pedagógico: Campinas, SP, 2014.

CAMPINAS. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação : Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico/Assessoria de Currículo e Pesquisa Educacional. – Campinas, SP, 2013.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de. Texto Orientador Sobre Inclusão Digital. Secretaria Municipal de Educação. Departamento pedagógico: Campinas, SP, 2022. Disponível em:
<https://educa.campinas.sp.gov.br/sites/educa.campinas.sp.gov.br/files/2023-03/Anexo%2020-%20Inclus%C3%A3o%20digital%20-%20Texto%20Orientador%20SME.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). Estratégia Brasileira de Educação Midiática Produzido por Coordenação-Geral de



Educação Midiática Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática
Secretaria de Políticas Digitais Secretaria de Comunicação Social da Presidência da
República Outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 14.533/23: Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília,
DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso
em: 15 de maio de 2025.

BARBOSA, J. P. Multiletramentos e educação. Educação no Século XXI:
Multiletramentos. São Paulo: Fundação Telefônica, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de
1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. [Disponível
em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.. Acesso em: 03 de
maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 de abril de 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Digital (PNED, Lei nº 14.533/2023).
Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em 14 de abril de 2025.

BRASIL. Senado Federal. Manual de Comunicação da Secom. Povo Fala. Disponível
em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/povo-fala>. Acesso:
25 de abril de 2025.

INAF. Indicador de Alfabetismo Funcional. Resultados INAF - série histórica.
Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São
Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola
Editorial, 2012.

